Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI
III SINESPP
20 a 24 OUTUBRO 2020
SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

CÂMARA TÉCNICA SUDESTE: trabalho em rede e gestão do território dos CRAS e CREAS.

SOUTHEAST TECHNICAL CHAMBER: networking and territory management of CRAS and CREAS.

Dannylo Cavalcante Alves[1]
Antonio Ronaut Soares Pedrosa Júnior [2]
Anderson Oliveira Sousa [3]

RESUMO
Em Teresina-PI, os/as trabalhadores/as dos CRAS e CREAS do macroterritório Sudeste compuseram um espaço coletivo em 2015, denominado Câmara Técnica Sudeste, com o objetivo de discutir questões afetas ao trabalho cotidiano, otimizar funções de referência e contrarreferência e elaborar estratégias que atendessem às demandas de gestão territorial e do trabalho social com famílias. Ações de impacto territorial foram realizadas, como: a promoção de Encontros Técnico-Operativos com outras políticas públicas no território, execução de capacitações entre técnicos do território para o manejo de sistemas (BPC na Escola e Prontuário Eletrônico SUAS), reativação da Mesa Municipal de Negociação e Gestão do Trabalho, planejamento de Seminários Semestrais de Avaliação do macroterritório Sudeste, a reorganização do fluxo de acesso ao Passe-Livre Interestadual da Pessoa Idosa no município, entre outras. Tais ações, provocadas ou produzidas pela Câmara Técnica, se constituem como indicadores positivos enquanto experiência de articulação em rede

[1] Assistente Social do CRAS Sudeste III/SEMCASPI/PMT. Especialista em Família e Políticas Públicas. E-mail: cavalcantedannylo@gmail.com
[2] Psicólogo do CRAS Sudeste III/SEMCASPI/PMT. Especialista em Gestalt-Terapia, com ênfase em Clínica pela FESVIP. Email: ronautpsi@gmail.com
[3] Psicólogo do CRAS Sudeste IV do CRAS Sudeste IV/SEMCASPI/PMT. Graduado em Psicologia pela UESPI . Email: Sousa.andersonoliveira@gmail.com

Palavras-Chaves: Assistência Social. Trabalho em Rede. Câmara Técnica.

ABSTRACT:
In Teresina-PI, CRAS and CREAS workers from the Southeast macroterritory composed a collective space in 2015, called the Southeast Technical Chamber, with the objectives of discuss issues related to everyday work, the optimization of reference and counter-reference functions and the elaboration of strategies that meet the demands of territorial management and social work with families. Actions of territorial impact were carried out, for example: the holding of Technical-Operative Meetings with other public policies in the territory, training for local professionals to manage systems (BPC na Escola and Prontuário Eletrônico SUAS), reactivation of the Municipal Bureau of Negotiation and Labor Management, semester planning of Southeast macroterritory Evaluation Seminars, the reorganization of the flow of access to the Elderly Interstate Free Pass in the municipality, among other actions. Such actions, provoked or produced by the Technical Chamber, constitute as positive indicators for the as experience of articulation in network.

Keywords: Social Assistance. Networking. Technical Chamber.

INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social, no enfrentamento às desigualdades sociais e territoriais, tem como objetivos a universalização dos direitos sociais, o provimento de serviços para atendimento de necessidades e a garantia de mínimos sociais. Para tanto, é prevista a oferta e a realização de serviços de forma integrada a outras políticas públicas. Dada a complexidade destes objetivos, entende-se a incompletude como uma característica intrínseca à Política de Assistência Social, a mesma política da resistência e do inconformismo (BOSCHETTI, 2011).

O perfil do público do Sistema Único de Assistência Social, em situação de vulnerabilidade, impõe desafios na execução do trabalho social com famílias, considerando que as necessidades das mesmas não se encerram nas possibilidades de ofertas socioassistenciais. Isto posto, observa-se que o fazer cotidiano dos/as trabalhadores/as da Assistência Social deve possuir ações de articulação setorial e intersetorial entre os atores envolvidos, visando o atendimento integral às necessidades dos/as usuários/as do SUAS.

Carneiro aponta o trabalho em rede como “uma das estratégias que propicia a construção de novos paradigmas, possibilitando uma gestão pública que articule descentralização e intersetorialidade” (2009, p. 145). A palavra “articular” remete,

dentre outras acepções, a "unir(-se) por uma ou mais articulações, juntas ou encaixes; tornar(-se) ligado; juntar(-se), ligar(-se), relacionar(-se), unir(-se)" (MICHAELIS, 2019). No sentido abordado neste trabalho, a ação de articular significa a união entre pessoas, trabalhadores/as, órgãos e políticas públicas diferentes, para a troca de experiências, firmamento de acordos, definição de fluxos, planejamento e execução de ações.

No Brasil o percurso da Política de Assistência Social, entre a instituição do direito na Constituição Federal e a sua implementação prática, foi longo e cheio de nuances. A partir de 2004, em todo o país, equipamentos de Proteção Social Básica e Especial foram implementados, observando-se, à época, o compromisso do poder público com o financiamento da supracitada política.

Segundo o Censo SUAS de 2017 todos os municípios do país contam com pelo menos um equipamento de Assistência Social (BRASIL, 2018). Em Teresina, o Sistema Único de Assistência Social encontra-se formado por uma gama de serviços e atores: possui 19 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 04 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e 1 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), além dos centros de convivência, casas de acolhimento, albergues, entre outros serviços. Considerando a oferta das políticas públicas e a estruturação do município, existe uma organização por meio da divisão em macroterritórios, a saber: zonas Sul, Leste, Norte e Sudeste.

O SUAS demanda uma divisão específica de territórios, pois a oferta dos serviços de Proteção Social Básica deve capilarizada. Na mesma direção, a Zona Sudeste de Teresina possui quatro CRAS e um CREAS, de acordo com o número de famílias que devem ser referenciadas por esses equipamentos segundo a NOB-SUAS (BRASIL, 2012b). As equipes de referências previstas na NOB-RH-SUAS são compostas por Assistentes Sociais e Psicólogos/as, que executam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, ofertado no CRAS, e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos- PAEFI, ofertado no CREAS (FERREIRA, 2011). A execução do trabalho social com famílias requer expertise no trato das demandas postas, constituindo desafio constante para os/as trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social.

O público alvo dos serviços socioassistenciais são pessoas e/ou famílias que vivam situações de vulnerabilidades e/ou riscos sociais: perda ou fragilidade de

vínculos de afetividade, sociabilidade e pertencimento; ciclo de vida com fragilidades específicas (infância, adolescência, velhice); identidades estigmatizadas; ser ou ter na família pessoa com deficiência; exclusão pela pobreza e pelo acesso precário às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; violências geradas no núcleo familiar ou comunitário; desemprego ou emprego informal; estratégias diferenciadas de sobrevivência que possam representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005). Somadas tais situações às singularidades do Território Sudeste do SUAS Teresina, ficam evidentes a complexidade das demandas e a necessária articulação em rede.

Frente a essas fragilidades, cotidiano daqueles/as que trabalham na Assistência Social, surgiu no macroterritório sudeste a proposta da criação de um espaço coletivo, entre os/as técnicos(as) de CRAS e CREAS, para discussão e construção de possibilidades de enfrentamento, com vistas à otimização da realização do trabalho social com famílias.

2 TRILHANDO CIDADANIA EM REDE: A Câmara Técnica Sudeste

O trabalho social com famílias, enquanto prática profissional, objetiva a proteção e o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, dado que cabe ao Estado o provimento de condições de vida aos mais vulneráveis (BRASIL, 2012a). Porém, os desafios que tal prática profissional suscita surgem das mais variadas formas. O trabalho não se realiza sem adesão da família, uma vez que se considera proteger o direito da mesma. Para tal faz-se necessário que a oferta dos serviços dialogue com as necessidades das famílias e indivíduos, de modo que usuários não sejam meros receptáculos da ação profissional.

As necessidades apresentadas pelas famílias extrapolam as possibilidades das ofertas socioassistencias. Outras vezes se encontram essas possibilidades, mas não há condições materiais de ocorrer oferta de qualidade. Surgimento de novas demandas, que exigem dos/as trabalhadores/as novos conhecimentos, manejo de novos instrumentais, para o enfrentamento da nova realidade. Ausência de equipamentos públicos no território, para o provimento de serviços à população.

Observando as sugestões advindas do seminário de avaliação no ano de 2014, das ações da então Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

(SEMTCAS), atual Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), os/as trabalhadores/as do macroterritório Sudeste propuseram, durante o seminário de planejamento de ações 2015, a formação de um coletivo entre os/as técnicos(as) de referência dos CRAS e CREAS, considerando que a reunião de técnicos/as proporciona a criação de ações de enfrentamento a situações de vulnerabilidade nos territórios (CFP & CFESS, 2007), que afetam tanto usuários/as como trabalhadores/as.

O objetivo, a princípio, era discutir e alinhar processos de trabalho, potencializando o trabalho da rede socioassistencial, respeitadas as diferenças e particularidades dos territórios de abrangência das unidades de CRAS e do CREAS.

Assim nasce a Câmara Técnica Sudeste, experiência piloto no âmbito da Política de Assistência Social de Teresina, enquanto espaço de formação e discussão entre os técnicos de referência de CRAS e CREAS Sudeste. O primeiro encontro ocorreu no CRAS Sudeste III no qual foi realizado o planejamento das atividades propostas para 2015, considerando-se temas impactantes no trabalho social com famílias e no trabalho em rede.

Nesse sentido, o espaço criado constituiu-se enquanto lócus de formação técnica, com os seguintes objetivos: 1) Socializar e discutir experiências relativas ao trabalho social; 2) Construir ou realinhar fluxos de Referência e Contrarreferência; 3) Realizar estudos técnicos; 4) Debater acerca de processos de trabalho e; 5) Propor e aprimorar ações de Impacto Territorial.

De 2015 a 2017 a coordenação da Câmara Técnica ficou a cargo da Equipe Técnica do CRAS Sudeste III. As reuniões ocorriam no turno da manhã, alternando os locais de ocorrência entre as unidades sedes, com frequência mensal. Extraordinariamente reuniões quinzenais eram marcadas de acordo com a necessidade. Já nessa época os encontros possibilitaram uma melhoria na articulação entre CRAS e CREAS, aprimorando os processos de referência e de contrarreferência entre os níveis de proteção social.

Em 2018 o funcionamento passa a ocorrer em turnos alternados, permanecendo a liderança com o CRAS Sudeste III. Na primeira reunião o coletivo de trabalhadores/as deliberou pela eleição de uma “presidência” e “vice-presidência”, para a realização das seguintes funções: organização das pautas, facilitação dos

encontros, redação de relatoria e convocações. Durante o ano os encontros mantiveram a alternância das sedes e passaram a ocorrer nos turnos manhã e tarde.

Nos primeiros encontros de 2019 foi problematizado a concentração de atribuições da Câmara em alguns técnicos/unidades, e a deliberação de funcionamento dos encontros da Câmara Técnica se voltou para uma definição de "funções" básicas do coletivo, a serem desempenhadas alternadamente entre os (as) técnicos (as), de acordo com a unidade sede da respectiva reunião. Desta forma, a execução das funções da Câmara Técnica foi distribuída entre todos os/as trabalhadores/as do macroterritório Sudeste de maneira mais equânime. Encontra-se em discussão a proposta de um Regimento Interno com o propósito de regular o funcionamento da organização.

A Câmara Técnica fortalece a relação entre as unidades do macroterritório sudeste e, por conseguinte, impacta nas ações das unidades de referência da Assistência Social no território. Dessa forma passa a integrar o rol de ações desenvolvidas pelo território sudeste (inclusive integrando o calendário de atividades) alimentando e retroalimentando a oferta dos serviços de proteção social básica e especial.

No que tange o fortalecimento dos processos de referência e contrarreferência proporcionados no espaço da Câmara Técnica, trata-se de um enfrentamento à fragmentação das ações e um incentivo a práticas coerentemente articuladas, como propõe a NOB- RH/SUAS (FERREIRA, 2011). Equipes de referência discutem ações e encaminhamentos possíveis em situações reais; definem, dessa forma, padrões de ação que são pactuados, caso logrem êxito em seus objetivos, o que se pode considerar um aperfeiçoamento de processos de trabalhos, materializando a articulação das redes socioassistenciais do território (BRASIL, 2009).

Ainda segundo Carneiro, o trabalho em rede e por conseguinte o trabalho desenvolvido na Câmara Técnica constitui uma estratégia de gestão "essencial para ultrapassar o traço histórico de ações fragmentadas, sobrepostas e, principalmente, que não articulam as dimensões e os sujeitos, locais, regionais e globais" (2009, p. 146). A gestão de território passa a ser fortalecida e incrementada pela participação ativa dos/as técnicos/as de referência junto às gerências e divisões técnicas. Seja no planejamento, seja na execução, a Câmara Técnica adquire centralidade na articulação

territorial, definindo os rumos da gestão territorial alinhado ao trabalho social com famílias.

As deliberações da Câmara Técnica servem de fundamento para a realização de ações socioassistenciais, sendo encaminhadas ao coletivo de gerentes e divisões técnicas do mesmo território, denominado Comissão de Articulação Territorial do Território Sudeste, para as providências logísticas e operacionais. Isso vai ao encontro da operacionalização da Política de maneira técnica, com ações de impacto territorial apoiadas no PAIF (BRASIL, 2012a) e no PAEFI.

Dada a consolidação da Câmara Técnica, a mesma adquire destaque para além da abrangência do território sudeste e seu lastro de atuação passa a ser reconhecida pela órgão gestor da política de assistência social em Teresina. Esse reconhecimento é perceptível no acolhimento de demandas provocadas pelo território junto à secretaria, bem como pela legitimidade alcançada pelo protagonismo do coletivo.

Tal fato é explicitado pela saudação realizada em diversos eventos da secretaria, assim como pela iniciativa de multiplicação da Câmara Técnica para outros territórios de Teresina, entre os quais Leste e Sul. Disso pode-se evidenciar as principais potencialidades da organização: aprimoramento do processo de trabalho das equipes de referência de CRAS e CREAS, bem como dos processos de referência e contrarreferência; gestão do território; planejamento e avaliação da Política de Assistência Social; e ordenamento e reordenamento da rede, através da discussão e alinhamento de fluxos.

3 AÇÕES PROPOSTAS E RESULTADOS OBTIDOS

A Câmara Técnica possui cinco anos de existência, em que podem ser destacadas algumas ações de impacto no território sudeste, na SEMCASPI e na relação com outras políticas públicas. Uma vez que as demandas que chegam aos CRAS/CREAS por vezes extrapolam as possibilidades de oferta da Política de Assistência Social, as(os) técnicas(os) destas unidades procuram estruturar caminhos para a intersetorialidade, que segundo Teixeira (2017, p.106) “vem em oposição à fragmentação dos setores ou políticas sociais, que historicamente despolitizaram as atenções às expressões da questão social[...]”.

A primeira ação de articulação realizada no início do seu funcionamento foi o I Encontro Técnico Operativo com a Habitação, em 2015, envolvendo a Superintendência de Desenvolvimento Urbano - SDU Sudeste, Superintendência de Desenvolvimento Rural – SDR e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMDUH. Problemáticas na relação entre a política de assistência social e a habitação foram trabalhadas. A partir dos atendimentos realizados nos CRAS, orientações e encaminhamentos, vislumbrava-se uma demanda habitacional reprimida, seja pela ausência seja pela oferta precária de unidades habitacionais à população. Compromissos sobre a melhoria no atendimento à população e sobre o aperfeiçoamento na relação entre a Assistência Social e a Política de Habitação foram firmados, reconhecendo as atribuições e as competências de cada uma das instituições públicas.

Posteriormente foi realizado o II Encontro com a Habitação, com o objetivo de dar resolutividade aos acompanhamentos às famílias inseridas no Programa Cidade Solidária. O programa atende famílias atingidas por enchentes, alagamentos ou incêndios e que tiveram suas residências comprometidas estruturalmente. Cabe à política de assistência social o acompanhamento das famílias, entretanto o desligamento do programa tardava ou não ocorria, posto que algumas ações de competência da política de habitação eram frágeis, por exemplo: em alguns casos, o material para construção das casas, quando fornecido, era insuficiente para a realização da obra. No encontro foram apontados caminhos para minimizar a problemática vivenciada pelas políticas, de forma a não violar os direitos das famílias atendidas.

Ainda sobre os Encontros Técnico-Operativos, fica o destaque para o “Encontro Intersetorial Sudeste: combatendo o abuso e a exploração sexual infantil”, que ocorreu em maio de 2019, com o objetivo de reunir as unidades de atendimento à população do macroterritório sudeste: escolas, postos de saúde e outros, num evento onde foram convidados outros atores envolvidos na proteção da criança e do adolescente: Conselho Tutelar, Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente, 1ª Vara da Infância e Juventude e outros, para a discussão de conceitos básicos que envolvem o fenômeno e (re)afirmação, ou (re)construção, de fluxos de atendimento às vítimas.

No que tange à Política de Segurança Pública, nos quatro anos de existência, a

Câmara Técnica participou ativamente da convocação e da realização de três Encontros Técnicos. Objetivou-se a aproximação com essa política e a solicitação de respostas da Segurança Pública em relação a assaltos, furtos e arrombamentos que atingiram as unidades da Assistência Social. Os encaminhamentos foram feitos e os processos de implementação das medidas discutidas ainda estão em desenvolvimento, dada a complexidade das demandas apresentadas.

Foram realizados outros Encontros Técnicos Operativos, entre os quais com a Educação e Políticas Públicas para Mulheres. Nesse sentido, a Câmara Técnica consolida-se enquanto importante instrumento catalisador do trabalho em rede, em especial da rede socioassistencial, contribuindo também para as ações de gestão, vigilância, avaliação e planejamento da Política de Assistência Social, em especial à nível de zona sudeste.

Sobre os processos de trabalho, a Câmara Técnica problematizou questões cotidianas que os(as) técnicos(as) costumam enfrentar. Dentre elas, as dificuldades do "Programa" BPC na Escola foram debatidas, e ocorreu capacitação à nível de território na Câmara sobre o sistema. A referida capacitação foi estendida em dois momentos posteriores, à pedido da Gerência de Proteção Social Básica. Da mesma maneira ocorreu com o Prontuário SUAS Eletrônico: debate de dificuldades e capacitação territorial. As capacitações foram facilitadas por técnica (o) do território com expertise nas pautas propostas pelo coletivo de trabalhadores/as.

A Zona Sudeste, enquanto macroterritório de ação da Política de Assistência Social, procurou se antecipar ao planejamento da Secretaria, realizando Seminários semestrais de avaliação, de forma a fazer a manutenção do processo avaliativo, prestar contas com a comunidade sobre a oferta de serviços no território e se preparar para a avaliação anual da Secretaria Municipal. À Câmara Técnica coube o planejamento da Avaliação em si: eleger os dados a serem utilizados, os indicadores, definir o cronograma de apresentação, criar o instrumental a ser utilizado, entre outros aspectos técnicos. À Comissão de Articulação Territorial coube as providências logísticas para realização dos Seminários de Avaliação, com destaque para o ano de 2019 em que houve participação da Gerência de Proteção Social Básica, Gerência de Gestão do Trabalho no SUAS e Assessoria Técnica do SUAS.

No trato com o órgão gestor da Política de Assistência Social de Teresina a Câmara Técnica Sudeste estabeleceu canais de comunicação proveitosos. Em 2018 foi solicitado a Reativação da Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS Teresina uma vez que a mesma encontrava-se desativada a aproximadamente um ano. O requerimento foi realizado formalmente e em 2019 foram tomadas as providências para reativação da Mesa de Negociação. Ainda sobre a mesma, a Câmara de Negociação constitui o espaço por excelência de articulação entre os/as representantes do território sudeste no referido canal de negociação e demais atores do território.

Outra demanda levantada pelo Território Sudeste foi em relação ao passe livre interestadual do idoso. A secretaria realizava a emissão do passe livre apenas para idosos sem renda comprovada e com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais. O Território Sudeste realizou contato com o Ministério da Cidadania, responsável pela expedição do Passe Livre Federal do Idoso, e constatou que não havia impedimentos a emissão, ficando à cargo do município a definição dos critérios. A motivação do Câmara Técnica foi requerer providências para emissão do passe livre federal do idoso, independente de comprovação de renda. Após isso ocorreu reunião entre representantes do território e o órgão gestor. Após o trâmite alterou-se o fluxo de operacionalização do passe livre federal da pessoa idosa, passando a emissão a ocorrer para idosos/as com renda de até dois salários mínimos com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, independente de comprovação de renda.

CONCLUSÃO

O Sistema Único de Assistência Social de Teresina encontra-se consolidado, possuindo várias experiências em ação. O Território Sudeste tem produzido iniciativas exitosas no que toca o trabalho em rede e a gestão de território. A Câmara Técnica Sudeste é um coletivo constituída pelas equipes técnicas de CRAS e CREAS, assistentes sociais e psicólogas/os.

A Câmara Técnica reflete o compromisso ético-político em ofertar serviços de qualidade para fortalecimento dos laços familiares e sociais, promoção do acesso à informação e defesa intransigente dos direitos socioassistenciais (FERREIRA, 2011). Tal

comprometimento é traduzido de forma técnica e operativa através do canal coletivo pactuado entre as unidades da Proteção Social Básica e Especial do território.

A existência da mesma justifica-se pela necessidade de dar corpo à Política de Assistência Social e ao mesmo tempo garantir um nível básico do trabalho social com famílias entre as unidades do território. Na mesma direção, Carneiro e Costa (2011) apontam a necessidade de otimizar a oferta dos serviços disponíveis no território, bem como de trocar experiências para superação de dificuldades individualmente enfrentadas no cotidiano do trabalho social com famílias.

Isso ocorre em razão da história relativamente recente do SUAS enquanto política de direito, bem como da necessidade de instrumentalizar a força de trabalho com um espaço coletivo para discussões com objetivo de aprimoramento técnico, ao mesmo tempo que contribui para a organização política dos/as trabalhadores/as do SUAS. É peculiar ao trabalho social com famílias a falta de modelos para a realização das ações, dada a natureza do trabalho, bem como as singularidades advindas das demandas provenientes das famílias e indivíduos usuários/as do SUAS. Demandas aquelas que apresentam necessidade de integração e alinhamento entre serviços, inclusive a nível de município e territórios, em se tratando de um Sistema Único de Assistência Social.

Entre os indicadores que traduzem os impactos positivos da Câmara Técnica Sudeste estão as ações realizadas à nível de território e de secretaria, que foram provocadas pelo coletivo, ou ainda que foram produzidas pela Câmara, demonstradas no decorrer do artigo, com destaque para os seminários de avaliação e planejamento; a reativação da Mesa de Negociação e Gestão do Trabalho no SUAS; a proposta de alteração do fluxo do passe livre federal da pessoa idosa e as discussões e aprimoramentos de fluxos da rede e de processos de trabalhos.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. S. O trabalho do assistente social no SUAS. In.: CFESS. **O trabalho do assistente social no SUAS**: Seminário Nacional. Brasília: CFESS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo/SUAS 2017**. Brasília, 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações técnicas:**

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações técnicas sobre o PAIF Vol 2**: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. 1 ed. Brasília, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005.

CARNEIRO, Mauricéia L. N. da C. A estratégia do trabalho em rede no SUAS/CRAS Teresina-PI: uma experiência em movimento. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2009.

CARNEIRO, M. L. N. da C.; COSTA, T. C. da. **A Perspectiva do Trabalho Social em Rede nos CRAS de Teresina-PI:** o olhar dos assistentes sociais. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011.

Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social.** Brasília, CFP/CFESS, 2007.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília: MDS, 2011.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em: 04 out. 2019